

## **Breve apresentação histórica dos estudos Morfológicos e suas correntes lingüísticas\***

Laura Silveira Botelho<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo busca apresentar, de forma panorâmica, os estudos morfológicos sob o enfoque das principais correntes lingüísticas existentes. Inicialmente, traçamos um sucinto histórico dos estudos da Morfologia, elencando alguns marcos teóricos desse campo, principalmente, no que respeita às teorias Estruturalista e Gerativista. Tal recensão tem como escopo fundamental a competente obra de Rosa (2002) de introdução aos estudos morfológicos. Em seguida, apresentamos uma abordagem crítica de Basilio (1997) acerca das soluções teórico-analíticas da Gramática Gerativa frente às formações lexicais complexas do Português do Brasil. Abordamos, também, os trabalhos de Miranda (1979) e Rocha (2003) que estudam aspectos da formação derivacional do léxico no Português sob uma perspectiva gerativista. De suas obras, recortamos, especificamente, o estudo sobre as formações lexicais do tipo x-eiro. Por fim, elaboramos, de forma sucinta, um apanhado crítico do tratamento que o sufixo -eiro recebe em gramáticas normativas e dicionários da Língua Portuguesa. Faz-se necessário ressaltar que a leitura deste artigo pressupõe, ao menos, um conhecimento elementar de morfologia e de algumas correntes lingüísticas como o Estruturalismo, Gerativismo e Cognitivismo. O professor de Língua Portuguesa, ao final da leitura deste texto, terá um apanhado histórico dos estudos da morfologia, que poderá servir de alicerce teórico na preparação das suas práticas escolares dentro deste campo de estudo.

Palavras-chave: Morfologia e Teoria Lexical. Estruturalismo. Gerativismo. Cognitivismo. Ensino de língua materna.

### Abstract

Brief historical account of morphological studies across linguistic theories\*

This paper is aimed at providing an overview of morphological studies under major linguistic theories. First, a brief historical account of morphological studies is given, highlighting some key theories in this field, especially regarding Structuralism and Generative Linguistics. Such review is chiefly based on Rosa's work (2002), which offers an introduction to morphological studies. Second, a critical review of Basílio (1997) is presented, taking into account the theoretical analytical solutions provided by Generative Grammar as regards complex lexical suffixes in the Brazilian variety of Portuguese. The works by Miranda (1979) and Rocha (2003) addressing derivative lexical aspects of Portuguese under a generative perspective are also analysed, chiefly for lexical suffixes such as *x-eiro*. Finally, a brief account of the approach that is given to the suffix *x-eiro* in traditional Portuguese grammars and dictionaries is provided. It is important to stress that some knowledge of morphology and linguistic theories such as Structuralism, Generative Linguistics and Cognitive Linguistics is required in order to read this paper. The Portuguese teacher will find a historical account of the morphological studies, which will provide a theoretical framework for his practice within this field.

---

\* Este artigo foi elaborado a partir de um capítulo da minha dissertação de Mestrado em Lingüística/UFJF, orientada pela Profa. Dra. Neusa Salim Miranda.

<sup>1</sup> Mestre em Lingüística pela UFJF, professora da Faculdade Metodista Granbery e da Escola Municipal Quilombo dos Palmares. Contato: [laurabot@hotmail.com](mailto:laurabot@hotmail.com) ou [lsbotelho@granbery.edu.br](mailto:lsbotelho@granbery.edu.br)

Key words: Morphology and Lexical Theory; Structuralism, Generative Linguistics, Cognitive Linguistics. Portuguese Language Teaching..

## 1 Breve apresentação dos estudos morfológicos nas correntes lingüísticas

O que é Morfologia, afinal? Etmologicamente, a palavra vem do grego, *morfhê*, ‘forma’; e *logos*, ‘estudo’, ‘tratado’. Ou seja, na origem, morfologia é o estudo da forma e, no caso da lingüística, a forma das palavras. No entanto, tal definição é muito vaga e não descreve com clareza o campo de pesquisa dessa área na lingüística.

Embora o termo *morfologia* seja uma criação do século XIX, a *palavra* sempre ocupou, nos estudos tradicionais, o centro da gramática. A definição de gramática do português Pedro Rombo (séc. XV-XVI), comentando a famosa gramática latina do espanhol Juan de Pastrana<sup>2</sup>, evidencia tal centralidade:

A primeira [parte da gramática] é o conhecimento dos vocábulos. Onde cada vocábulo ou é um nome, ou é um verbo, ou é um advérbio, denominando-se o vocábulo muitas vezes por *dição*. A segunda é a própria declinação. E a declinação é a manutenção do início e a variação da terminação. Declina-se o nome por suas declinações; o verbo pelas conjugações; o advérbio não se declina. A terceira parte é a própria construção. E se faz por quatro maneiras a saber: entre o substantivo e o adjetivo, entre o relativo e o antecedente, entre o suposto e o verbo e quando uma palavra exige outra depois de si. (ROSA, 2002: 28).

O que se observa, portanto, é que as duas primeiras partes da gramática estão voltadas para o vocabulário, sua classificação e variação. Só a última parte trata da construção, remetendo à sintaxe.

Tal perspectiva tem origem nos estudos filosóficos greco-latinos e define-se pela preocupação tanto com a relação entre a lógica e a linguagem, quanto com a descrição e fixação de paradigmas e com as questões de regularidades e irregularidades da língua. A unidade básica é, como vimos, a *palavra*, que segue um determinado esquema de categorização (classes morfológicas) e se organiza em paradigmas (modelos de variação como declinação, conjugação). Não se estuda, nessa tradição, a constituição interna dos vocábulos,

---

<sup>2</sup> Títulos curiosos dados a essa gramática: *Baculo Cecorum* (Bengala de Cegos), *Thesaurus Pauperum* (Tesouro dos Pobres) ou ainda *Speculum Puerorum* (Espelho dos Meninos). (ROSA, 2002:28)

os quais são abordados em termos de letras e sílabas até por volta do século IX (ROSA, 2002: 28).

Tal modelo de análise, denominado por Hockett (1954, apud ROSA, 2002:44) de **Palavra e Paradigma**, prevalece por muitos séculos no Ocidente e ainda está presente nas gramaticais tradicionais do Português e de outras línguas. É nesses termos que identificamos um verbo de 1ª conjugação (*cantar*, por exemplo) como aquele que segue um determinado modelo ou paradigma. Do mesmo modo identificamos como um *todo* uma forma como **partiu**: 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito do Indicativo do verbo *partir*. Não se trata aqui de uma análise linear, de uma relação sintagmática entre unidades mínimas, nos termos que será postulado pelo estruturalismo.

O **Historicismo** (Gramática Comparada ou Filologia Comparada ou ainda Lingüística Histórica e Comparada), como uma nova perspectiva de abordagem dos fenômenos de linguagem, emerge no século XVIII, com a descoberta de que o Latim e o Grego tinham raízes comuns no Sânscrito.

Surgem estudos da linguagem que se voltam para a busca de uma língua-mãe, para o enigma da origem da linguagem.

É nesse contexto que o termo *morfologia* aparece<sup>3</sup>. Segundo Rosa, (2003:31), as *palavras* continuam no centro da investigação, mas o que se enfatiza são os estudos históricos comparativos<sup>4</sup>; “a busca das *formas básicas*, originárias das palavras, pertencentes ao *proto-indo-europeu*”. Nessa busca pelo processo de evolução das línguas, emerge o interesse pela estrutura interna da palavra e surge uma nomenclatura designativa de tal estrutura (raiz, radical, tema).

A Lingüística saussuriana, no início do século XX, impõe-se como uma forte adversária da vertente de estudos histórico-comparativos que domina o século anterior. Para Saussure, a língua é um *sistema* e, para se compreender o *valor* de uma unidade lingüística, é preciso analisá-la em um determinado momento, dentro dos limites de uma comunidade lingüística, ou seja, em uma perspectiva *sincrônica*.

Se a *palavra* permanece no centro da proposta saussuriana (o signo é a palavra), para a vertente americana do Estruturalismo o morfema é o elemento central. Para Bloomfield (1933:162 apud ROSA, 2002:50), “o estoque total de morfemas numa língua é seu léxico”. Rosa (2003:39) afirma:

---

<sup>3</sup> Criação do termo é atribuída ao escritor e cientista alemão Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) (ROSA, 2002: 31).

<sup>4</sup> Não se trata de um estudo diacrônico nos termos definidos pelo Estruturalismo, já que a noção de **sistema**, crucial a tal conceito, não está presente.

Ao se tratar a *palavra* (ou melhor, *forma de palavra*), o *sintagma* e a *oração* como resultado da aglutinação de morfemas em camadas sucessivas de constituintes imediatos, tornava-se indefinida a fronteira entre morfologia e sintaxe, e a *palavra* passava a segundo plano – unidade problemática, a não ser na escrita. Pela *substituição*, um dos eixos da análise estrutural, podia-se ir do *morfema* para o *enunciado*, tornando a *palavra* uma unidade, se não desnecessária, de forma alguma um primitivo (2003:39).

Em sua grande tarefa de descrição de línguas indígenas, o estruturalismo americano vai operar com a identificação de *morfemas* (um átomo de som e significado) por meio da análise comparativa, buscando estabelecer essas unidades irredutíveis, sua ordenação linear e os padrões que regem a sua combinação. A metodologia de análise utilizada consiste em observar grupos de palavras que apresentam uma oposição parcial, tanto na expressão como no conteúdo (*teste de comutação ou substituição*). Assim, dadas as palavras do Asteca de Tecelcingo (México) (ROSA, 2002:78):

- |             |                   |
|-------------|-------------------|
| 1. nikwika  | “eu canto”        |
| 2. tikwika  | “você canta”      |
| 3. nikonis  | “eu vou beber”    |
| 4. tikwikas | “você vai cantar” |

Podem-se depreender morfemas, como { ni-}: 1p.sg; { ti-} 2p.sg.; {kwika}: cantar; {koni}: beber, {-s}: futuro. Tal modelo ficou conhecido como **Item-e-Arranjo**<sup>5</sup>.

Sob a égide do Estruturalismo, o *morfema*, definido como unidade básica de comunicação, ou seja, como unidade mínima de significante e significado, torna-se, portanto, a categoria básica da Morfologia e, nos termos de Gleason Jr. (1961, apud ROSA, 2002:38) também da sintaxe. Para o autor, a distinção entre morfologia e sintaxe torna-se difusa:

Podemos dividir a gramática de modo conveniente em morfologia e sintaxe. A sintaxe pode definir-se, *grosso modo*, como o conjunto de princípios de organização das construções formadas pelo processo de derivação e flexão (palavras) em construções mais vastas, de espécies diversas. Nem sempre é clara a distinção entre morfologia e sintaxe. Para algumas línguas, esta definição de sintaxe é razoável, enquanto que, para outras, levanta

---

<sup>5</sup> Outro modelo denominado Item e Processo concebe a concatenação de elementos em termos derivacionais, postulando hierarquias ou formas subjacentes a que se aplicam processos, regras, operações que as transformam em estruturas superficiais. Este é um modo analítico da Gramática Gerativa.

dificuldades consideráveis. Não é, porém, possível uma discriminação mais satisfatória que abranja as línguas em geral. (ROSA, 2002:38)

Segundo Rosa (2002:38), ainda que a distinção entre sintaxe e morfologia não pareça suficientemente clara, a morfologia é definida, na época, como “a gramática interna das palavras’ e a sintaxe, como o estudo ”de sua gramática externa e das seqüências das palavras”.

Nesses termos, a Morfologia praticada, em grande parte do século XX, é uma Morfologia baseada no morfema, na análise sintagmática da palavra.

Não foram poucos os problemas enfrentados pelas análises que postulavam o morfema como forma mínima significativa. Os estudos da morfologia lexical sempre lidaram com a dificuldade de se estabelecer o significado de um morfema (o significado global das palavras não é necessariamente uma função exclusiva do significado das partes que a compõem (cf. seção 2.1.2)) e a morfologia flexional enfrentou o problema da relação um-para-um<sup>6</sup> postulada pela noção clássica de morfema.

Em meados do século XX, o Gerativismo traz de volta a *palavra*.

O Gerativismo, sem romper com a tradição estruturalista, surge na dissidência à preocupação meramente descritivista do estruturalismo americano (segmentação, comparação e classificação dos enunciados das diferentes línguas), buscando construir uma teoria lingüística, de natureza *explicativa* (o que é o conhecimento lingüístico e como se desenvolve nos indivíduos?).

Esse novo paradigma teórico traz um novo rumo para os estudos lingüísticos e morfológicos ao postular que a competência de um falante em relação ao léxico de sua língua possibilita que o falante nativo reconheça as palavras de sua língua, rejeite outras, saiba relacionar itens lexicais ou perceber a estrutura de um vocábulo (ROCHA, 2003:30).

Diante da nova perspectiva teórica, surge a necessidade de uma redefinição do que seja morfema e qual a sua importância dentro dos estudos morfológicos, já que para os gerativistas as *palavras* são a unidade básica da morfologia e não mais o morfema (ROSA, 2003:71). Assim, nessa escola, os estudiosos trabalham com *regras* de formação de palavras e não mais a com descrição e classificação de morfemas. Nos termos de Rosa (2002:69):

O redimensionamento do conceito de morfema significou retirar dele o papel central na análise morfológica. Na busca de explicação para a competência lexical dos falantes, o que passa a ser necessário não é o estabelecimento de

---

<sup>6</sup> A relação um-para-um implica um pareamento entre uma forma e um significado.

listas de elementos mínimos, mas a resposta a questões acerca de que palavras os falantes podem formar, que tipos de palavras, novas ou antigas na língua, são capazes de analisar, que relações estabelecem no âmbito do vocabulário. É esta, *grosso modo*, a visão de Aronoff (1976), de Aronoff & Anshen (1998) e de Basílio (1980). Os processos produtivos de formação de palavras (a questão central em Aronoff, 1976) atuam sobre palavras existentes na língua. Essa hipótese é conhecida como **morfologia baseada em palavras**.

Embora trazendo de volta a *palavra*, o modelo gerativista é, de fato, uma teoria centralizada na sintaxe. Assim, nas primeiras fases da teoria, a Morfologia não dispunha de um componente autônomo da gramática. Ainda que superado este momento (em *Remarks on Nominalization*, Chomsky já defende a existência de um nível morfológico autônomo, que resolveria problemas com que as regras sintáticas e fonológicas não conseguiam lidar. (MIRANDA, 1979:11)), a teoria gerativa enfrenta sérias dificuldades no trato dos fenômenos lexicais quando estende seus princípios algorítmicos, derivacionais a constructos morfológicos denominados *regras de formação de palavras* (RFP) (cf. subseção 3.2).

De qualquer modo, segundo Basílio (2001)<sup>7</sup>, é significativa a contribuição da Gramática Gerativa no que respeita à postura diante do léxico. A compreensão do léxico como uma realidade interna, mental, conduz ao interesse pelo léxico como um todo, como telas de organização geral. Nessa perspectiva, a visão tradicional do léxico como lista, sem expectativa de sistematização (como “caos”) cede lugar a abordagem oposta: o léxico é parte da estrutura lingüística e interessa compreender o seu papel nessa estrutura. O foco na competência lingüística possibilita a esse modelo pensar não somente as formas lexicais já existentes, mas também a potencialidade da língua para formação de novas palavras, dadas as necessidades comunicativas.

Passamos, na próxima seção, à abordagem de Basílio (1997), que endossará, com mais exemplos, as críticas arroladas anteriormente.

## **2 O Princípio da Analogia na constituição do léxico: a visão de Basílio**

Em um instigante artigo denominado “O princípio da analogia na constituição do léxico: regras são clichês lexicais”, Basílio (1997) faz uma proposta inovadora para a análise

---

<sup>7</sup> Anotações de curso ministrado por Basílio em 2001 no Programa de Pós-graduação em Letras da UFJF.

de formações de palavras. Para a autora há três proposições principais que estudam as relações lexicais: a primeira é a do ESTRUTURALISMO AMERICANO que encara os itens lexicais como concatenações morfêmicas; a segunda, nos moldes da TEORIA GERATIVA, postula regras de formações de palavras (doravante RFP) para analisar e interpretar a estrutura de palavras pré-existentes ou a formação de palavras novas; e há, ainda, o PRINCÍPIO DA ANALOGIA (doravante, PA), proposto por Saussure, para o tratamento das relações e produtividade lexical.

Basílio analisa as duas últimas propostas, comparando o Princípio da Analogia às Regras de Formação de Palavras.

Faz-se necessário, a esta altura, um parêntese para uma rápida explanação sobre o que sejam RFPs (regras de formação de palavras) e RAEs (regras de análise estrutural).

De acordo com Rocha (2003:40), por meio das regras de análise estrutural (RAEs) um falante é capaz de analisar a estrutura de uma palavra, por exemplo, o uso de *semanal e preparação* numa conversa informal, como “Tenho encontro **semanal** com meu orientador para acelerar a **preparação** da dissertação”. Ao ouvir tais palavras, conseguimos reconhecer que *semanal* vem de *semana* e *preparação* vem de *preparar*. Formalizando a descrição acima, temos a seguinte regra, nos termo de Rocha (2003:40):

RAE: [ [ X ] Y ] a    b RAE de <i>preparação</i> : [ [ preparar ] -ção ] V        N
--

Podemos dizer que, ao reconhecer tais estruturas, o falante está empregando uma RAE, ou seja, o falante é capaz de analisar a estrutura das palavras derivadas existentes.

Já as RFP são usadas para se produzirem novos itens lexicais como *apelidador e micreiro*, ou seja, “uma entrada lexical da categoria b pode ser formada pela adição de Y a uma base X” (Miranda: 1979:24), como na formalização abaixo:

RFP : [ X ] → [ [ X ] Y ] (a)           (a) (b)
RFP de <i>apelidador</i> : [apelidar] → [ [ apelidar ] -dor ] V        S

Toda RFP corresponde a uma RAE, pois, ao criar uma palavra nova ou ao analisar um novo item lexical, o falante demonstra conhecer a estrutura do item recém criado. Nem toda RAE, no entanto, apresenta, necessariamente, uma RFP correspondente, uma vez que existem formações cristalizadas e não-produtivas na língua.

Ao traçar um paralelo entre Regras de Formação de Palavras e o Princípio da Analogia, Basílio (1997:18) diz que, empiricamente, podem parecer equivalentes já que, uma palavra formada por RFP pode ser analisada por PA. Por exemplo: a palavra “micreiro” pode ser analisada como acréscimo do sufixo –eiro a um substantivo: micro + -eiro ; ou como uma formação por analogia com pares como *livro-livreiro*, *relógio-relojeiro*. No entanto, nem sempre o contrário é verdadeiro, pois as RFPs não dão conta de todas as palavras analisadas pelo Princípio da Analogia. A autora considera o seguinte exemplo: a partir do par *acrescer-acréscimo* devemos estabelecer uma regra de adição de –imo a verbos? Para se estabelecer tal regra teria que haver mais de uma ocorrência? Tal postulação seria empiricamente prudente?

Frente a tais questões, a autora pontua a diferença empírica entre o PA e as RFPs:

- Para operarmos o Princípio da Analogia não precisamos de elementos delimitados e categorizados nos moldes estabelecidos pelas RFPs;
- O PA dá conta não apenas da produtividade lexical, mas também da criatividade no processo de formação de palavras. Temos o exemplo de Guimarães Rosa, *enxadachim*, que tem uma origem analógica óbvia: **espada: espadachim : : enxada : x.**

O exemplo de Guimarães Rosa é interessante porque não seria o caso de se estabelecer uma regra de adição de –chim a um instrumento e, mesmo se existisse tal regra, não teria o valor de evocação que tem a analogia.

Em uma RFP, um determinado tipo de estruturação está pressuposto em construções gramaticalmente funcionais e pré-estabelecidas, mas na formação analógica contempla-se um número maior de possibilidades, pois abrange criações literárias, desvios lingüísticos com o objetivo de estranhamento e mecanismos em jogo na formulação de piadas, etc. Assim, *panelaço* é um evento de cunho político e de protesto caracterizado pelo uso ensurdecido das panelas. Por analogia, surge *businaço*, *apitaço*. Outros exemplos seriam: *carreata* ou *tratorada* a partir de *passaata*. Pelo Princípio da Analogia podemos explicar também construções como: *baiano* (baiano + mineiro), *portunhol* (português + espanhol), *miserite* (miséria + holerite), entre outros.

Outro exemplo interessante é a criação de *Irangate* e *Collorgate* a partir de *Watergate*. *Watergate*, como se sabe, é o condomínio comercial onde ocorreu o “escândalo de

Nixon”, que virou símbolo da desonestidade política. Temos nessas criações uma dupla analogia, uma mais metafórica e outra que pode ser interpretada por princípios lógicos - *Watergate* pode significar tanto o condomínio comercial, quanto o “escândalo de Nixon”. Parte do uso migra da referência do condomínio, para a referência ao escândalo. Sendo assim, *Irangate* significa “o escândalo do Irã” e *Collorgate* corresponde ao “escândalo do Collor”. Se *Watergate* é o escândalo de Nixon, *Xgate* é escândalo de X. Se X for Irã ou Collor, donde *Irangate* ou *Collorgate*. Interessante observar que neste mecanismo a estrutura geral se liga ao **significado referencial** e não ao significado morfêmico (BASÍLIO, 1997:15).

A autora conclui, por fim, que uma construção descrita por RFP pode ser descrita por PA, mas o contrário não é sempre verdadeiro. Tal fato acarreta uma diferença empírica entre PA e RFP.

Com a argumentação em favor das vantagens teóricas do PA, Basílio conclui este instigante artigo. A autora pontua que, uma vez que a perspectiva gerativa atual banuiu as regras do componente sintático, o mesmo seria desejável no léxico; seria melhor lidar com o princípio geral da analogia nos fenômenos de produção lexical do que com regras particulares; um princípio geral em oposição à arrolagem de inúmeros casos específicos de aplicação é mais interessante teoricamente.

Em suma, no processo de formação de palavras, se nos ativermos apenas às RFP, teremos um léxico bem comportado e construções previsíveis. Mas se aplicarmos os mecanismos de analogia, além das formas previstas, poderemos também contemplar construções não lineares e imprevistas, “já que no PA existe uma confluência de relações sintagmáticas e associativas que nos possibilita criar e ressuscitar elementos morfológicos” (BASÍLIO, 1997:18). Então, o Princípio geral da Analogia é mais interessante teoricamente porque consegue ampliar a análise para construções não previstas na língua.

No entanto, como aponta a própria autora, o PA é um **princípio da cognição geral e não especificamente lingüístico**. Essa constatação resulta num problema e, talvez, numa lacuna desta proposta teórica, já que um dos preceitos gerativistas é o de que existe, no nosso cérebro, um módulo inato exclusivo para a linguagem que não está relacionado com outros processamentos cognitivos, como o pensamento.

Apresentamos, a seguir, os trabalhos de Miranda (1979) e Rocha (2003) que realizam uma análise gerativista das formações x-eiro.

## 2.1 A questão da produtividade na perspectiva gerativista

Miranda (1979), em sua dissertação de mestrado, faz um estudo sobre a produtividade lexical dos agentivos deverbais e denominais do Português do Brasil, ancorada nos pressupostos gerativistas (Hipótese Lexicalista), com base nos modelos de HALLE<sup>8</sup> (1973), JACKENDOFF<sup>9</sup> (1975) e, principalmente, ARONOFF<sup>10</sup> (1976) e BASILIO<sup>11</sup> (1977).

A autora procura aplicar princípios, restrições e regras impostas à produtividade lexical nos dados do Português do Brasil.

Traçaremos, em linhas gerais, alguns aspectos teóricos postos por Aronoff e Basílio, acerca do fenômeno da produtividade, por serem de fundamental importância para o entendimento das análises feitas por Miranda.

ARONOFF defende que, dentro da Morfologia Derivacional, devemos distinguir a classe de palavras existentes e a classe de palavras possíveis. Essa distinção estabelece um tratamento diferenciado entre Morfologia Derivacional (com produtividade parcial) e sintaxe (com produtividade total). A Morfologia Derivacional teria, então, que descrever não a estrutura de palavras existentes, mas a capacidade do falante em criar novas palavras em sua língua.

As **Regras de Formação de Palavras (RFP)** formam um conceito basilar nessa teoria e possuem três propriedades básicas:

- 1º. O grau de produtividade de uma RFP depende do tipo de base morfológica.
- 2º. Há uma relação direta entre coerência semântica e produtividade.
- 3º. Define-se o fenômeno Bloqueio, ou seja, a não ocorrência de uma forma pela existência de outra que já preenche o seu papel no léxico. Assim, o bloqueio impede a listagem de sinônimos numa mesma raiz.

Cabe observar que a morfologia postulada por Aronoff (1973) é baseada na **palavra** e não em morfemas.

Basílio (1977) concebe um modelo teórico no qual as relações paradigmáticas constituem um traço básico no léxico: “o léxico deixa de ser uma lista de entradas lexicais não ordenadas para ser uma lista de entradas organizadas de acordo com padrões relacionais de diversos tipos (1979:19).” Para a autora todas as RFPs têm regras de análise de estrutura (RAEs) correspondentes, no entanto, as RAEs podem existir isoladamente.

Enquanto Aronoff propõe a noção de bloqueio de caráter sintagmático (propriedade 3), Basílio estende tal proposta de bloqueio ao nível dos padrões derivacionais gerais, sugerindo o *bloqueio paradigmático*. Nessa proposta há uma relação entre paradigma e produtividade lexical, possibilitando, assim, prever a improdutividade de uma regra morfológica.

Miranda (1979), em seu estudo sobre a produtividade de agentivos deverbais e denominais, busca, acima de tudo, estabelecer um *padrão derivacional subjacente* que incluía

<sup>8</sup> HALLE, M. *Prolegomena to a theory of word formation*. In *Linguistic Inquiry*, vol. IV Winter, 1973.

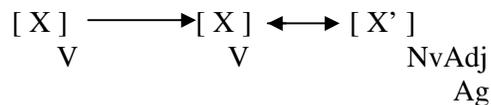
<sup>9</sup> JACKENDOFF, R. *Morphological and semantic irregularities in the lexicon*. *Language*, vol. 51, 1975.

<sup>10</sup> ARONOFF, M. *Word formation in generative grammar*. Cambridge, Mass, MIT Press, 1976.

<sup>11</sup> BASILIO, M. *Aspects of the structure of lexicon: evidence from Portuguese*. Ph. D. dissertation, The University of Texas at Austin, 1977.

as regras formadoras desses agentivos. Sua proposta marca ainda a importância da noção de bloqueio de caráter paradigmático, proposta por Basílio, que torna possível a previsão de improdutividade, produtividade restrita ou marginal das RFPs.

Nesses termos, vai partir de um padrão geral subjacente aos pares Verbos-Agentivos:



Tal padrão abstrato significa dizer que o sentido de agentivos associados a verbos independe de um sufixo específico ou da direção do processo morfológico. O estabelecimento de tal padrão vai permitir estabelecerem-se regras de formação específicas (x-dor, x-nte e x-ivo), assim como explicar as restrições de produtividade e a distribuição complementar dessas formas deverbais: x-dor (formador de N), x-nte (formador de Adj) e x-ivo (este último tem produtividade quase nula, porque foge ao padrão geral subjacente). Ratifica-se, desse modo, a hipótese do Bloqueio Paradigmático.

A autora vai assumir a relação entre transparência-produtividade, colocando-a nos termos propostos por Basílio (1977): “uma regra é **transparente** quando qualquer de suas formas tem a composição fonética, a função e/ou o significado de seu sufixo definidos sem qualquer ambigüidade, assim como as classes de base com a quais este sufixo se combina”. A **opacidade** da regra morfológica resulta da ausência das condições listadas acima. Uma RFP é transparente quando podemos prever o sentido de qualquer forma resultante dela. A noção de transparência não deve limitar-se, portanto, à semântica<sup>12</sup>, devendo incluir também informações fonéticas e sintáticas a respeito tanto do sufixo quanto da base. Nesses termos, **transparência/produtividade e opacidade/improdutividade estão intimamente relacionados.**

A análise das formações agentivas denominais do PB servirá de endosso a tais postulações acerca da relação entre opacidade e grau de produtividade das RFPs.

Assim, tomando os agentivos denominais do tipo x-ista e constando a opacidade de tais formações, a autora opta por considerar a existência não de um único processo, mas de dois processos morfológicos; um processo responsável por formações como *dentista*, *pianista* (‘especialista em X’) e outro, por formas lexicais como *marxista*, *estruturalista* (‘partidário de

<sup>12</sup> Para Aronoff a transparência se define em termos exclusivamente semânticos.

x-ismo') . Isto é, para se desfazer a opacidade postulam-se **dois processos morfológicos homônimos e distintos**.

Para dar conta de tal descrição, Miranda (1979:71) postula dois conjuntos de regras para os processos distintos de formação x-ista, quais sejam:

**Grupo A: malufista, desenvolvimentista, gerativista**

RFP - [X]	Adj v N	→	[ [X]	-ista]	Adj v N	Adj N	Ag
RAE - [[X]	-ista]	Adj v N]	Adj N	Ag			

**Grupo B: ginecologista, surfista**

3. RFP	→	[X]	[ [X]	-ista]	N	N	N	Ag
4. RAE	-	[[X]	-ista]	N	N	Ag		

Essa descrição, no entanto, esbarra em um problema: trata-se de duas regras para um mesmo sufixo, o que significa, de qualquer forma, opacidade (cf. conceito de opacidade na presente seção). Para solucionar tal questão, sem ferir a hipótese de relação entre opacidade-produtividade, o conceito de opacidade é redesenhado pela autora nos seguintes termos:

1. Uma regra pode se manter transparente, mesmo quando a composição fonológica do sufixo que ela adiciona é idêntica ao sufixo adicionado por outra regra, contanto que a especificação sintático-semântica da base e do produto da regra impeçam a identificação do sufixo desta regra com o sufixo da outra regra. (1979:73).

Miranda (1979:81) ainda se depara com uma concorrência entre regras diferentes que têm mais ou menos a mesma função, como os agentivos em -ista e -o. Em português existe

um padrão lexical do tipo Nabstr/Adj/Ag que teria como o correspondente o segmento paradigmático x-ia/x-ico/x-ista, como pode ser verificado nos exemplos abaixo:

- (6) neurologia – neurológico – neurologista  
ginecologia - ginecológico – ginecologista  
economia – econômico – economista

No entanto, o mesmo padrão pode apresentar outras regras, formando um paradigma concorrente: x-ia/x-ico/x-o ou x-a

- (7) biologia – biológico – biólogo  
filologia – filológico – filólogo  
homeopatia – homeopático – homeopata

A autora observa que a preferência entre um paradigma ou outro se dá de acordo com o grau de sua formalidade. Ambos são formais, mas as formações em x-o têm caráter mais erudito que as formações x-ista. Além do mais, as regras do x-ista são mais simples para o falante que as regras em x-o (formações proparoxítonas), fato que corrobora com a hipótese de que existe um decréscimo de produtividade dos agentivos em x-o.

Existe, ainda, a concorrência com o sufixo x-eiro, que também é denominal e formador de agentivos. A autora traça uma escala de formalidade do uso de tais sufixos na linguagem e propõe a seguinte escalaridade:

De caráter nitidamente formal, estariam os agentivos do tipo x-o (antropólogo); em seguida viria a regra formadora dos agentivos e x-ista (neurologista) com menor grau de formalidade. Um terceiro lugar vai surgir ainda se tomarmos uma nova regra formadora de agentivos denominais – trata-se da regra de adição do sufixo –eiro de caráter nitidamente informal. (MIRANDA, 1979:84)

A hipótese apresentada é a de que existe uma distribuição complementar entre esses grupos de agentivos denominais, com base no nível de formalidade que carregam. O mais formal seria a formação em x-o (filólogo), com traço de formalidade menos acentuado o

sufixo x-ista (jornalista), e com traço nitidamente informal, x-eiro (jornaleiro)<sup>13</sup>. As conclusões a que conduzem suas análises vão reafirmar a relação entre paradigma- produtividade sugerida por Basílio.

A análise apresentada por Miranda (1979), apesar de apresentar as RFPs como solução para a questão do estudo da produtividade dos agentivos e postular a homonímia de modo a manter a relação anunciada entre transparência- produtividade e opacidade/improdutividade, avança teoricamente em relação a outros estudos e consegue, assim, extrapolar os limites de uma mera análise formalista, estabelecendo, dentro da pesquisa da produtividade, uma importante relação paradigmática (e a nosso ver, pragmática) entre os sufixos concorrentes, quais sejam, x-o, x-ista, x-eiro.

## 2.2 Uma análise de viés gerativista de x-eiro

No capítulo 6 de seu livro “**Estruturas morfológicas do português**”, Rocha (2002) faz uma análise das construções x-eiro sob uma perspectiva gerativista.

O autor esclarece que seu estudo requer uma distinção entre *condições de produtividade* (possibilidade de uma RFP formar novas palavras) e *condições de produção* (restrições relacionadas com a produção efetiva de itens lexicais).

Ao analisar a produtividade da regra em questão (**S** → **S –eiro**), o autor esclarece que tratará apenas das construções agentivas, deixando de lado os sufixos homófonos, como:

- Árvore ou arbusto: limoeiro, laranjeira;
- Lugar ou recipiente: banheiro, açucareiro;
- Coletivo, conjunto: berreiro, nevoeiro;
- Gentílico: brasileiro, pantaneiro;
- Formador de adjetivo: verdadeiro, costeiro;
- Objeto: chuveiro, ponteiro.

Para o autor, portanto, as construções acima não estão relacionadas com formações agentivas em x-eiro que denotam agentividade humana. Para evidenciar tal hipótese, o autor vai apresentar uma lista de 150 substantivos, escolhidos de forma aleatória. A partir desses

---

<sup>13</sup> Em relação às formações x-eiro, a autora se limita a considerar o grupo de formas agentivas [+ humano] uma vez que este grupo é que está em relação semântica com as demais regras de formação de agentivos humanos (x-ista e x-o).

dados, o autor estabelece um conjunto de restrições da regra x-eiro, postas nos seguintes termos:

A RFP x-eiro não se aplica a algumas bases substantivas, a saber:

- substantivos abstratos como *mentira* (mentireiro\*), *tolice* (toliceiro\*), etc.<sup>14</sup>
- bases que designam agentes ou indivíduos, pois não faria sentido algum adicionar um sufixo agentivo a um agente ou indivíduo. Portanto, eliminam-se também itens como, *mulher*, *mãe*, *atleta*, etc.
- a formações compostas como *guarda-roupa*, *pára-raio*, entre outras.

A partir dessa análise, o autor descreve as condições semântico-formais da base e do *output*: o substantivo que será a base da regra deverá ser [- abstrato]; [- agente-indivíduo]; [- palavra composta]; o produto da regra será [+ substantivo], e [+ agente indivíduo].

O próprio autor argumenta que, se considerarmos apenas as condições apresentadas acima, ainda assim, entrariam bases que não são formadoras de agentivos em x-eiro, mas que possuem os traços que foram descritos, como, por exemplo, *lápiz*, *cruzeiro*, *terra*, entre outros. Cabe lembrar que as formações possíveis seriam homófonas e, por isso, estão fora da análise proposta.

Para resolver tal questão, Rocha apresenta três tipos de restrições que podem impedir uma regra de formar novas palavras: **as restrições *stricto sensu*, bloqueio e inércia morfológica**. Discutiremos algumas delas a seguir.

As restrições *stricto sensu* podem ser fonológicas, paradigmáticas, pragmáticas e discursivas. O fator fonológico é preponderante na restrição, já que ficaria cansativo para o falante dizer, por exemplo, *saboneteireira* ou *dinheiro*. Nas palavras de Rocha (2002:136),

Embora teoricamente possíveis, uma vez que foram satisfeitas as condições de produtividade da regra, observa-se que os produtos não têm existência real na língua. A inexistência desses produtos pode ser explicada por razões fonológicas, uma vez que é difícil e cansativa para o falante a seqüência de fonemas *-eireiro*.

O fator pragmático também é de fundamental importância já que o falante não produz ocorrências que não sejam relevantes pragmaticamente. Assim, *doleiro* é um vocábulo no português do Brasil, pois na nossa cultura, *doleiro* é a pessoa que troca ou lida com dólar. Já exemplos como *franqueiro* (franco) ou *libreiro* (libra) não são ocorrências possíveis no

---

<sup>14</sup> Em nosso *corpus* temos contra-exemplos: *cambalacheiro*, *manoteiro*, *biscateiro*, *boateiro*, *marqueteiro*, *palpiteiro*, *mexeriqueiro*...

português, porque nossa cultura dispensa tais construções, mesmo que obedecem às exigências das regras em questão.

As restrições discursivas estão relacionadas à pragmática. Rocha pondera que formações mais recentes com o sufixo x-eiro têm conotação pejorativa e dificilmente designariam ofícios ou profissões socialmente elevados na língua.

Restrições por bloqueio são descritas, minuciosamente, pelo autor. O bloqueio, fenômeno apontado por Aronoff, “é a não concorrência de uma forma, devido à simples existência de uma outra (ARONOFF, 1976 apud ROCHA, 2002:141). Assim, não temos “unheiro” porque esta construção está bloqueada por “manicure”, nem aviãozeiro, que é bloqueado por “piloto”. Este fenômeno é o que chamamos de *bloqueio heterônimo*, no qual “certas formações deixam de ser produzidas na língua, por existirem outras palavras com raiz diferente da raiz base em questão – que bloqueiam o surgimento dos possíveis produtos (ROCHA, 2001:143).” Já o *bloqueio homofônico*, segundo Rocha (2001:144), ocorre quando uma palavra deixa de ser criada por existir outra com o mesmo aspecto fonético, mas sentido distinto. Então, não existe “saleiro” (a pessoa que cuida da sala), porque já existe “saleiro” (recipiente onde se guarda o sal).

Já a inércia morfológica, de acordo com o autor, ocorre quando não há motivo algum para a não existência de uma formação derivada, (por que existe laranjada e limonada e não existe cajuada e maracujada, sucos também muito comuns?). Ou seja, nesses exemplos não se pode falar em restrição fonológica, paradigmática, pragmática e discursiva e também não se nota qualquer tipo de bloqueio.

A análise minuciosa proposta por Rocha para as formações x-eiro é um interessante exemplo de como a abordagem gerativa lida com o fenômeno da formação lexical, presa à Hipótese Forte da Composicionalidade e aos princípios de previsibilidade e transparência absolutas. O autor elege como objeto de estudo os agentivos “regulares” [+ humanos], e “coloca debaixo do tapete” as demais formações em x-eiro, afirmando apenas que não fazem parte da regra de formação de agentivos e que são casos de homonímia. Esse é, de fato, o mesmo procedimento adotado por Miranda (1979) e por toda a tradição de estudos formalistas.

Nossas propostas teórico-analíticas apontam em outra direção. Estamos propondo uma análise das construções em x-eiro como uma rede polissêmica metafórica e não como formações distintas, homófonas. O nosso desafio principal é colocar no centro da análise não só as formações consideradas “regulares”, mas todos os membros da família x-eiro, mesmo os mais periféricos. Para tanto, contamos com a perspectiva da Linguística Cognitiva, que vai nos oferecer princípios e instrumentos analíticos de natureza *construcional e multidirecional* em

lugar dos constructos estruturalistas lineares ou regras derivacionais, algorítmicos (RFPs) do gerativismo. O conceito de *motivação e herança* vai nos permitir lidar com a previsibilidade relativa nos processos de formação lexical, sem apelar sistematicamente para a coincidência de forma, ou seja, para a homonímia. Enfim, ainda que saibamos as dificuldades a enfrentar e as lacunas que necessariamente deixaremos, vale enfrentar o jogo da linguagem, a complexidade das relações não paritárias entre sistemas de significação e sistema de formas.

### 2.3 Abordagem da tradição gramatical brasileira do sufixo -eiro

Nesta subseção, mencionaremos o tratamento dado pela tradição gramatical brasileira ao sufixo -eiro e a abordagem que os dicionários de língua portuguesa fazem do referido sufixo.

Como existe uma grande variedade de gramáticas normativas, selecionamos algumas tradicionais e mais conceituadas, como as de Cunha (1970); Cegalla (1989); e Bechara, consultamos, ainda, a *Gramática de usos* de Moura Neves (2000). Os dicionários pesquisados foram Aurélio (1975) e Houaiss (2001). (1999). Alguns “manuais” de gramática mais recentes como Cereja & Magalhães (1999), Abaurre (2000), Faraco & Moura (2000), Infante (1995) também foram consultados.

É fato que o léxico continua sendo tratado, pelas gramáticas normativas, como uma lista aleatória, sem qualquer possibilidade de sistematização, como “caos”. Nesse caos, existem os exemplos ordinários, regulares e listas e mais listas... São listas de coletivos, gentílicos, de flexões irregulares de plural, feminino, etc. Não poderia ser diferente quando se trata dos afixos formadores de palavras em Português. No que concerne ao estudo do sufixo, podemos observar que, de maneira geral, a maior preocupação das gramáticas normativas é a apresentação de listas, englobando todos os sufixos do português de origem latina e grega. Nessas listas de sufixos isolados, não de regras ou construções, são estabelecidas considerações semânticas e formais muito genéricas e não foram constatadas, em nenhum compêndio, questões relativas à produtividade ou a restrições de uso.

É interessante observar, ainda, que os exemplos usados nas gramáticas são todos cristalizados na língua ou dicionarizados, ficando de lado as formações novas e criativas feitas pelos falantes.

Na gramática de Celso Cunha (1970:65-74), por exemplo, na seção dedicada à derivação sufixal, o autor apresenta as listas de sufixos de origem grega e latina de acordo com a classificação seguinte: **sufixo nominal**, que forma substantivo ou adjetivo; **verbais**, que dá

origem a um verbo; **adverbial**, que é o sufixo *-mente* acrescido à forma feminina de um adjetivo. Em relação ao sufixo *-eiro*, Cunha (1970:69) procura fazer um agrupamento das principais variações de sentido, a partir da base substantiva ( grupo 1 e grupo 2), a saber:

### **1.Substantivos que formam outros substantivos:**

- a) ocupação, ofício, profissão: barbeiro, copeira
- b) lugar onde se guarda algo: galinheiro, tinteiro
- c) árvore ou arbusto: laranjeira, craveiro
- d) idéia de intensidade, aumento: nevoeiro, poeira
- e) objeto de uso: perneira, pulseira
- f) noção coletiva: berreiro, formigueiro.

### **2. Formam também adjetivos de substantivos:**

*-eiro*: relação, posse, origem = caseiro, mineiro

Porém, a análise não vai além disso, pois não é considerada qualquer relação paradigmática entre sufixos agentivos concorrentes e não há nenhum comentário específico acerca da gama de sentidos do sufixo *-eiro*. Estudo similar é feito por outros gramáticos pesquisados, como Cegalla (1989) e por autores de manuais com objetivo pedagógico, como Faraco & Moura (2000), Abaurre (2000) e Infante (1995).

Em manuais gramaticais, voltados para a “facilitação pedagógica”, como a *Gramática Reflexiva* de Cereja & Magalhães (1999), não há a famosa lista de afixos. Os processos de formação de palavras são explicados com base em alguns exemplos e o que há é apenas um agrupamento semântico em um exercício destinado ao aluno.

Na *Moderna Gramática Portuguesa*, Bechara (1999:358) explora os múltiplos valores semânticos que um sufixo pode ter, mas, ao listar os sufixos formadores de substantivos (*-tor*, *-dor*, *-sor*, *-or*; *-nte*; *-ista*; *-eira*, *-eiro*; *-ária*, *-ário*), tece um comentário, que merece ser aqui reproduzido:

É constantemente contrariada pela realidade da língua a hipótese de se estabelecer uma distribuição complementar entre tais construções agentivas calcada nos critérios ‘grau de prestígio social’, ‘formalidade’, e ‘grau de especialidade’. Não se podem deixar de lado os valores semânticos dos elementos que integram os constituintes e seus reflexos não só nos produtos derivacionais, mas também as motivações do contexto. A concepção afixocêntrica na produção lexical está sendo revista, para pôr em evidência o papel que desempenham as bases e os mecanismos derivacionais na criação lexical.

A crítica feita pelo gramático, ainda que não muito clara, deixa entrever alguns princípios analíticos formais: a crença no significante e a separação entre semântica e pragmática. O gramático elenca sufixos isolados, não separa os sufixos deverbais dos denominais, fato esse que pode acarretar profundas diferenças analíticas.

A *Gramática de usos* de Moura Neves (2000:146) não apresenta comentários a respeito do sufixo –eiro ou mesmo dos sufixos em geral, ficando apenas no nível descritivo, com exemplificação retirada da linguagem em uso. Fato interessante é que todos os exemplos usados pela autora são, na verdade, o equivalente feminino do sufixo –dor (-deira), como ilustramos a seguir:

Outros femininos terminam em –EIRA

**arrumador – arrumadeira:** Os patrões chamaram a *arrumadeira* às falas.

**falador – faladeira:** a *faladeira* quer saber se a rosa é bonita.

**lavador – lavadeira:** Gostaria de ser *lavadeira*.

No capítulo referente à formação do feminino dos adjetivos, ao tratar do adjetivos biformes, que possuem uma forma para o masculino e outra para o feminino, a autora diz que:

“outros (adjetivos) em –dor, fazem feminino em –eira:

**engomador – engomadeira:** Então me arranje um trabalho que não seja de costureira, nem muito menos de lavadeira e engomadeira (MOURA NEVES, 2000:223).

De fato, a Morfologia não está em foco na *Gramática de Usos*, razão pela qual o estudo das formações lexicais, nesta obra, é bastante lacunar.

### 2.3.1 A contribuição dos dicionários nos estudos do sufixo –eiro

O dicionário Aurélio (1975) não traz o verbete “-eiro”, mas sim “-ário”, no qual faz uma pequena descrição das acepções possíveis do sufixo –eiro. Segundo o dicionário,

**-ário.** [do lat. –ariu] suf. Nom. = ‘profissão’, ‘ofício’, ‘ocupação’, ‘lugar onde se guardam as coisas’, ‘coleção’, ‘relação’, ‘posse’, ‘origem’, ‘árvore’, ‘arbusto’, ‘intensidade’, ‘objeto de uso’: operário (< lat. *Operariu*), bancário, vestiário (< lat. *Vestiarium*), rimário, anedotário, partidário, calcário (< lat. *Calcarium*). [equiv.: -eiro: barbeiro, copeiro, açucareiro, tinteiro, formigueiro, viveiro (< lat. *Vivarium*); caseiro, mineiro, abacateiro: fem. (de –eiro) –eira: copeira, laranjeira, coleira, pulseira, –ério: elástico].

Já o dicionário Houaiss (2001) traz uma minuciosa descrição do sufixo –eiro. São dezessete acepções do sufixo e ainda inclui uma breve explicação etimológica<sup>15</sup>.

Um dado interessante mencionado pelo autor é que em Latim, inicialmente, o sufixo era formador de adjetivo, depois passaram a ocorrer formas substantivadas. Já no Latim, assim como ocorre em Português, havia uma estreita ligação entre os sufixos formadores de adjetivos e dos formadores de substantivos. Por essa razão, no referido dicionário, em uma única entrada, estão os vocábulos adjetivos e substantivos que são originários do latim vulgar (HOUAISS, 2001:1105).

Diferentemente do que fizemos no nosso trabalho, Houaiss coloca o sufixo –deira, que é o equivalente feminino de –dor, na mesma entrada do –eiro. Por serem de base deverbais (falar – faladeira, empilhar – empilhadeira), tais construções não entraram em nossas análises.

Podemos afirmar que de todas as gramáticas e dicionários que examinamos, foi no dicionário Houaiss que encontramos o maior número de informações a respeito do sufixo –eiro e uma boa organização e descrição dos exemplos dados.

### **3 Considerações finais**

Os estudos morfológicos inventariados no presente artigo, ainda que pautando caminhos teóricos e analíticos distintos, cometem o mesmo pecado capital: a crença na auto-suficiência da forma. Sejam fixados na perspectiva do léxico como uma lista aleatória, a qual guia as gramáticas tradicionais em suas listas de afixos isolados; sejam ancorados em uma visão linear de significantes autônomos que se somam, transportando para o todo o seu sentido; sejam ainda guiados pela visão derivacional e algorítmica da gramática gerativa, esses estudos enfeixam pressupostos formalistas que sucumbem ante a instigante vitalidade do jogo da linguagem. Se, como defenderemos em nossas premissas cognitivistas, “a linguagem não porta o sentido, mas o guia” (FAUCONNIER, 1994:x), a ciência não pode acorrentar o fenômeno lingüístico nos grilhões da forma, alegando critério de rigor analítico. Rigor em ciência é não fechar os olhos para a complexidade de um fenômeno, enfrentando a dura tarefa de compreender a linguagem como prática social, viva, real e tão flexível, tão pouco afeita a enquadramentos fechados, como o próprio pensamento humano.

---

<sup>15</sup> A pesquisa etimológica sobre tal sufixo não constituiu objeto do presente estudo, uma vez que tivemos dificuldade em encontrar estudos acadêmicos sobre tal questão. Tivemos notícia de uma tese sobre origem dos sufixos no Português Arcaico, em desenvolvimento na UFB, sob orientação da Profa. Dra. Rosa Virgínia (trabalho apresentado na ANPOLL-2004). A informação obtida, nessa ocasião, é de que o sufixo –eiro se desgarrar no século XII, com carga semântica-funcional diferente do Latim – arius e de que não aparece, então, (e até o séc.XV, onde a pesquisa se encontrava no momento), com traço [-humano].

As postulações arroladas no artigo em tela podem refletir, inclusive, no contexto escolar no que tange ao estudo da morfologia, mas as discussões (e inquietações) aplicadas nas práticas escolares ficarão para um próximo artigo: nas palavras de Guimarães Rosa, *a coisa não está nem na partida e nem na chegada, mas na travessia*.

## REFERÊNCIAS

BASÍLIO, Margarida. *O princípio da analogia na constituição do léxico*. Veredas, Juiz de Fora, EDUFJF, v. 1, no. 1, 1997.

\_\_\_\_\_. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. *Em torno da palavra como unidade lexical: palavras e composições*. Veredas, Juiz de Fora, EDUFJF, v. 4, no. 2, 2000.

BOTELHO, Laura Silveira. *As construções agentivas em x-eiro: uma abordagem sociocognitiva*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2004.

CEGALLA, Domingos Pascoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Nacional. 32.ed. 1989.

CEREJA, Willian; MAGALHÃES, Teresa. *Gramática reflexiva*. São Paulo: Atual Editora, 1999.

CUNHA, Celso. *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte: Ed. Bernardo Alves, 1970.

FARACO; MOURA. *Gramática*. São Paulo: Ática. 12 ed., 2000.

FAUCONNIER, Gilles. *Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

HOUAISS Antônio. *Dicionário Houaiss da língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

ILARI, Rodolfo. & GERALDI., Wanderley *Introdução a semântica*. Ática: São Paulo, 1990.

ILARI, Rodolfo. *Introdução à semântica*. São Paulo: Contexto, 2001.

INFANTE, Ulisses. *Curso de gramática aplicada aos textos*. São Paulo: Scipione, 1995.

LAROCA, Maria Nazaré, de Carvalho. *Manual de morfologia do português*. 3. ed. Ver. E amp. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2003.

MIRANDA, Neusa. Salim. *Agentivos deverbiais e denominais: um estudo da produtividade lexical*. RJ: UFRJ, 1979. (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. *Domínios conceituais e projeções entre domínios: uma introdução ao Modelo dos Espaços Mentais*. In *Veredas*, Juiz de Fora, EDUFJF, v. 3, 1999.

\_\_\_\_\_. *A Configuração das Arenas Comunicativas no Discurso Institucional: professores versus professores*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. Projeto de pesquisa CNPq: *A Gramática das construções na constituição do léxico*, UFJF, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Gramática das Construções da constituição do léxico*. In. II Conferência de Linguística e Cognição, UFJF, abril de 2004.

MOURA NEVES, Maria. Helena. *Gramática de usos do Português*, São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

MUSSALIM, Fernanda.; BENTES Ana. Cristina. (orgs.) *Introdução a Linguística: domínios e fronteiras*, v. 2, 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NICOLA, José; INFANTE, Ulisses. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Scipione, 1991.

ROCHA, Luis. Carlos. Assis. *Estruturas morfológicas do Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

ROSA, Maria. Carlota. *Introdução à morfologia*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SAEED, Jonh. *Semantics*. Oxford: Blackwell, 1997.

SALOMÃO, Maria. Margarida. Martins. *Construções no Português do Brasil: integração conceptual na sintaxe e no léxico*. Projeto Integrado de Pesquisa. Juiz de Fora: UFJF, 2003.

\_\_\_\_\_. *Gramática das Construções: a questão da integração entre sintaxe e léxico*. In *Veredas*, Juiz de Fora: EDUFJF ,v.6, n. 1., jan./jun., 2002.

\_\_\_\_\_. *Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem*. In: *Veredas* . Juiz de Fora: EDUFJF, v.1, n. 1., jul./dez., 1997.

\_\_\_\_\_. *O processo cognitivo da mesclagem na análise lingüística do discurso*. Projeto Integrado de Pesquisa. Juiz de Fora: UFJF/UERJ/UFRJ, 1999. (mimeo).

SAUSSURE, Ferdiand. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1971[1915].